

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 183

08 de dezembro de 2012

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.

O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.

Boa-noite a todos. Sejam bem-vindos.

Quero, antes de tudo, pedir para que os alunos que entraram no curso durante seus seis primeiros meses — desde março de 2009 até agosto ou setembro de 2009 —, e que têm alguma idéia, têm algum projeto para trabalho escrito, que nos comecem a enviar — mas não o trabalho inteiro: mandem um projeto, bem abreviado. Façam primeiro um resumo de até 10 linhas, depois, se quiserem explicar melhor — métodos, objetivos, etc. —, também podem. Mas mandem-me primeiro o resumo de 10 linhas. Somente os que entraram naqueles seis primeiros meses, desde o início do curso — não os outros.

Agora estou com um tempinho livre a mais: parei o programa de rádio, e parei justamente para poder fazer isso. Não sei se vamos começar imediatamente com aquele programa de examinar *online* os projetos, ou se ainda prosseguiremos nessas aulas temáticas por mais algum tempo — ainda não estou muito seguro do que fazer.

Existem ainda alguns assuntos que eu gostaria de abordar aqui antes de passar a essa outra fase.

No fórum do Seminário surgiu uma discussão muito interessante — eu inclusive tentei localizá-la aqui no fórum agora, mas não consegui; mas lembro-me mais ou menos dela — em que alguém sugeriu que, naqueles textos que lemos na aula passada, do Bertrand Russell, talvez as propostas do autor tivessem um sentido irônico, tal qual a proposta do governo dos sábios, na *República* de Platão, e que talvez a coisa não devesse ser interpretada estritamente.

Bom, aí vocês têm de comparar a biografia dos dois. Porque após a *República*, vê-se que Platão afastou-se cada vez mais das atividades políticas para dedicar-se exclusivamente à formação de filósofos, ao passo que a atuação pública do Bertrand Russell tornou-se cada vez mais pública e adquiriu um sentido cada vez mais político e militante. Datam justamente desta época — aqueles textos que citei são da década de 20 e 30 — *A Perspectiva Científica e o Impacto da Ciência na Sociedade*, e vê-se que a atuação política de Bertrand Russell tornou-se então não apenas mais intensa, mas também cada vez mais descarada nos valores que pretendia impor.

Vemos que, no livro *Teoria e Prática do Bolchevismo*, que é também da década de 20 e que se encontra *online* na página do Projeto Gutenberg¹, Russell começa por declarar que o comunismo é necessário à humanidade e que só tem uma crítica quanto aos soviéticos: a de que por aquele método eles não conseguiriam implantar o comunismo no mundo. E tinha razão, no fim das contas. Isso quer dizer que ele estava apostando muito mais no método Fabiano e na formação de uma casta governante de cientistas. Então ele misturava um pouco as duas linhas utópicas mais características da mentalidade revolucionária dos últimos tempos, que são o marxismo e o positivismo — o comunismo e o positivismo —; portanto, já tinha a idéia de um comunismo positivista, que seria o governo da sociedade pelos cientistas, a sociedade inteiramente planejada e dirigida pela comunidade científica. E ele achava que só por esse meio era possível implantar o comunismo. Nem de longe ocorreu-lhe que tanto pelo método súbito — ou bolchevique —, quanto pelo método lento e gradual — ou Fabiano —, daria na mesma, porque a expressão “implantar o comunismo” não faz o menor sentido.

É curioso que o filósofo que fez carreira como analista da linguagem, que praticamente reduzia a filosofia à análise da linguagem, que criou tantos instrumentos lógicos tão precisos para fazer isso, não conseguisse jamais aplicá-los quando analisava alguma coisa real, como, por exemplo, essa questão do bolchevismo comparado ao fabianismo.

A expressão “implantar o comunismo” não faz o menor sentido porque é da natureza do movimento revolucionário jamais cumprir os seus objetivos — ele não pode cumprir os seus objetivos! E notem que na década de 20 já havia elementos suficientes para chegar a essa conclusão — já tinha havido revoluções comunistas. Se se analisasse todo o movimento revolucionário que vinha desde o século XVIII, isto seria percebido claramente: o regime ideal dos revolucionários não é uma coisa que esteja definida e que possa

1 O endereço eletrônico da página é www.gutenberg.org. Notem que a versão do livro nela disponível está escrita em inglês, sob título *The Practice and Theory of Bolshevism*. (Nota do revisor).

ser implantada a partir de uma certa data; ele é um objetivo, por assim dizer, vazio e indefinido, do qual a sociedade pode ir se aproximando assim como numa assíntota — uma curva que vai chegando perto de uma reta, e quando vai chegando ela fica mais curva, mais curva, mais curva e nunca chega!

O movimento revolucionário não pode alcançar os seus objetivos porque se eles fossem alcançados, imediatamente a liderança revolucionária seria responsabilizada por aquilo que fez. Quando terminado o projeto, pode-se avaliar o percurso, e não se pode mais prometer nada para adiante: se já está implantado, já está aqui, já está funcionando, então acabou: pronto, não é mais uma promessa, é uma realização. A liderança revolucionária que topasse fazer isso seria extinta na mesma hora!

Ou seja, implantar o regime ideal ou o regime comunista é auto-contraditório com a própria natureza do processo revolucionário. Esse regime nunca será implantado! O que se faz, então? Vai-se aproximando e aproximando, estragando mais e mais coisas no caminho, destruindo tudo pelo caminho, e no fim das contas se estará sempre na situação a que se refere nosso Lula, que disse: “Nós ainda não sabemos o tipo de socialismo que desejamos implantar.” A idéia da sociedade científica também é essa, porque no instante em que ela é concebida, o estado dos conhecimentos científicos é um; durante o tempo que passa para que se alcance dela alguma primeira etapa, segunda, terceira ou quarta, a ciência já se modificará muito!

E, curiosamente, a própria vida de Bertrand Russell fornecia uma confirmação brutal desse fato — é a mais óbvia e patente confirmação que se poderia obter. O grande sonho de sua vida era ter um filho, e quando nasceu o seu filho — que se chamou John Conrad — ele decidiu criá-lo dentro da atmosfera ideal tal como ele a concebia. E essa atmosfera ideal era a educação estritamente científica, livre dos preconceitos acumulados ao longo de séculos de obscurantismo etc. “Então aqui vamos dar a educação científica de acordo com as últimas descobertas da ciência na área da psicologia da educação” — que eram justamente o behaviorismo do John B. Watson, que Russell assimilou integralmente: ele leu o John B. Watson e acreditou naquilo piamente. Por quê? Porque aquilo correspondia ao projeto positivista, ao de uma ciência totalmente materialista, que fazia abstração da existência da alma, da existência da psique e da existência do eu, e reduzia tudo a uma conduta exteriormente observável. Ele então planeja a educação do seu filho totalmente a base do behaviorismo. Bom, o fato é o seguinte: o garoto cresceu um tremendo neurótico, sofredor — foi uma coisa horrível! Ele quase destruiu a família com esta brincadeira!

Ou seja, ele já tinha em sua própria vida a experiência de que esse negócio de implantar uma sociedade científica também é uma expressão ambígua. Não há um estado final da ciência que possa servir de modelo para a sociedade. [0:10] Inclusive a própria formulação da idéia da sociedade científica nunca foi discutida cientificamente — e isto é incrível: a sociedade científica é uma utopia, não um projeto científico. Não há nenhum projeto científico da sociedade científica. Como é que o homem da análise da linguagem não percebeu uma coisa dessas? Ele não percebia, do mesmo modo que não percebia que estava destruindo a alma do filho.

Mais tarde, ele fez a mesma coisa quando decidiu aplicar à sua própria família os conceitos que tinha a respeito de casamento, moral etc. Devastou a família, foi uma desgraça! E a filha, que o adorava, disse: “olha, meu pai é um cara muito legal, só tem aquele negócio de querer implantar aquelas teorias na minha família”. Foi uma desgraça!

Então, vejam: o Bertrand Russell começa com uma idéia utópica, que é a de que a lógica matemática poderia unificar todas as ciências, ou seja, que todas as ciências seriam em última análise reduzidas à matemática. Sua primeira utopia: a linguagem de todas as ciências seria unificada e essa unificação seria feita na base da lógica matemática. Isto quer dizer que todas as ciências, desde a física até a geologia, ou astronomia etc., seriam codificadas numa linguagem única, que era a que ele estava tentando construir junto com o Whitehead, que depois desistiu da coisa e tomou uma direção completamente diferente.

O Whitehead nunca foi positivista, inclusive era um sujeito meio religioso, meio místico; ele tomou outra direção, completamente diferente, e até hoje sua filosofia não é muito bem conhecida, em primeiro lugar, por causa da obscuridade e densidade do estilo do autor, e, em segundo, porque ele foi muito prejudicado por más edições dos seus textos, que só agora têm uma versão confiável.

Bom, então Whitehead praticamente abandonou essa história. Todo mundo sabe que ele é um grande filósofo, mas ninguém sabe o que pensa — e só agora tem-se a condição de fazer isso. E, nesse ínterim, o Russell continuou.

A proposta de unificação das ciências que está no livro *Principia Mathematica* evidentemente logo fracassou — quer dizer, a obra tratava-se de um catau de três volumes, daí chegou o Kurt Gödel com um trabalho em 20 páginas e provou que aquilo era impossível.

Como sua utopia científica não havia dado certo, ele, em seguida, pensou numa utopia para o mundo inteiro, e essa utopia é o comunismo, porém o

comunismo realizado não por meio soviético, não por meio insurrecional, e sim por meio da lenta apropriação da sociedade por uma elite científica — um projeto que ainda está sendo realizado.

Isso quer dizer que aquilo que Russell dizia naqueles textos que vimos aqui não tinha sentido irônico. O sentido era literal mesmo! E ele continuou lutando por aquilo, e, ao longo do tempo, justamente à medida que suas utopias falhavam, tornava-se mais radical! Ele teve, na última década de vida, uma fase guevarista e antiamericana radical. Eu até estava lendo hoje mesmo a mensagem que ele enviou à Conferência Tri-Continental de Havana, que foi o grande projeto da revolução latino-americana, derramando-se, babando ovo para Fidel Castro e Che Guevara, numa maneira vergonhosa, decrépita.

Ele sempre viu-se como um salvador do mundo, e quando as coisas davam errado, ele absolutamente não se tocava! Ou seja, acho que ele tinha uma total incapacidade de se decepcionar consigo mesmo; e esse era o seu problema, ele não sabia julgar-se, não tinha idéia de sua fragilidade. Ele sempre considerou-se um salvador do mundo — em suma, sempre foi um louco. Aliás, segundo o Ray Monk, que escreveu uma excelente biografia sobre ele — e o segundo volume chama-se *O Fantasma da Loucura* —, os últimos 50 anos da vida dele foram todos marcados por algum sinal de insanidade.

O grande poder da escola positivista, e sobretudo da sua versão russerliana, está, primeiro, na confiança que ela deposita nas matemáticas, que são por sua vez reduzidas à lógica elementar — o que não é uma coisa inteiramente exata; quer dizer, a redução da matemática à lógica simplesmente faz abstração do conceito de quantidade, porque a lógica não tem nada a ver com quantidade, mas a matemática tem, e conceber-se uma matemática inteiramente não-quantitativa seria inteiramente absurdo. Se disserem: “Bom, mas existe todo um ramo da álgebra onde você não lida com as quantidades”, eu digo que não, que é mentira: ela lida com as quantidades, sim; as quantidades estão todas lá, só que são designadas de uma maneira indireta, apenas pelas suas operações e não pelas quantidades em si mesmas.

Essa redução às matemáticas implicou numa discussão inicial com Kant. Ele havia dividido os juízos — ou proposições — em dois tipos, que chamava de sintéticos e analíticos. Os juízos analíticos são, segundo ele, aqueles que derivam, por mera análise, das premissas que foram colocadas — ou seja, eles não acrescentam nada —, e juízos sintéticos são aqueles pelos quais a conclusão coloca alguma coisa que não estava dada na definição de seu objeto. Por exemplo, Kant achava que a proposição “o caminho mais curto

entre dois pontos é uma reta” era um juízo sintético, porque no conceito de reta nada havia de que se pudesse deduzir isso logicamente; e, no entanto, esta é uma proposição auto-evidente.

Então, a grande pergunta de Kant é a seguinte: existem juízos sintéticos *a priori*? Ou seja, se sem o recurso à experiência, e usando apenas a nossa capacidade intelectual pura, a razão pura, nós podemos obter algum conhecimento que não seja tautológico, que não seja uma mera repetição do que já estava dado nas premissas. E a conclusão dele é que sim. Ele diz que até as operações da aritmética elementar são sintéticas. Ele diz: “se eu somo dois mais três, nada no conceito de dois ou no conceito de três me diz que eles devem dar cinco quando somados”. Então para ele toda a geometria de Euclides era composta de juízos sintéticos, ou seja, juízos que acrescentavam algo às premissas ou definições e que, no entanto, tinham sido obtidos não da experiência, mas por pura análise, pela razão pura.

Para o projeto de Bertrand Russell, era importante negar que houvesse juízos sintéticos *a priori*, de modo que todo o conhecimento humano pudesse ser reduzido a dois tipos: a captação de fatos atomísticos (no sentido em que Wittgenstein usa esse termo no *Tractatus Logico-Philosophicus*) e a lógica; ou seja, um edifício totalmente analítico: tudo que se pode conhecer *a priori*. Em outras palavras, só se poderiam conhecer *a priori* os esquemas de possibilidades que são contidos na lógica. Portanto, nada seria acrescentado: tudo o que fosse acrescentado viria de fatos atomísticos colhidos da experiência. Era para ele a negação de que fosse possível conhecer qualquer coisa substantiva *a priori*. Isso é muito importante, mas a existência de juízos sintéticos *a priori* é algo que observamos até por experiência, e basta que se demonstre a existência de um juízo sintético *a priori* para demonstrar que tal possibilidade está dada.

Neste ponto, nós temos de concordar inteiramente com Kant: existem juízes sintéticos *a priori*. Por exemplo, se diz-se que a cor laranja é o intermediário entre o vermelho e o amarelo, podem-se examinar o quanto queiram a noção de amarelo e a noção de vermelho, que o laranja não estará dado ali! E, no entanto, na hora em que se enuncia isso, vê-se que é uma coisa auto-evidente! Então tem-se um juízo apriorístico, e portanto um juízo de certeza absoluta, que não é derivado da experiência e cujo conteúdo não está dado na definição de seus termos.

Porém, existe uma coisa que é mais grave ainda e que eu gostaria que vocês lembrassem para sempre. Se vocês dizem a frase “só pode haver cor em objetos extensos: se não há extensão, não há cor”, vocês entendem imediatamente — não é preciso que se recorra à experiência. Mas esse é um juízo sintético ou um juízo analítico? Isso é algo que vocês deduzem da

definição de cor ou precisam de uma experiência para chegar a essa conclusão? Digo-lhes: não é uma coisa, nem outra. Entendemos esse juízo imediatamente e entendemos que ele traz em si aquela necessidade intrínseca dos juízos *a priori*, que não dependem da experiência, que não podem ser contestados jamais. E, no entanto, para que ele fosse um juízo analítico seria preciso que sua conclusão derivasse da definição dos termos, ou seja, que vocês estivessem apenas extraído de dentro da definição uma propriedade que não tinham visto no primeiro momento.

Porém qual é a definição de cor? Não há definição de cor. Até hoje, o que se discute muito é, por exemplo, se as cores são propriedades dos próprios objetos, se são algo que está em nossa mente ou se é um tipo de relação que se estabelece entre a mente e os objetos. Essa discussão surgiu a partir do momento em que Isaac Newton dividiu as qualidades dos objetos materiais em qualidades primárias e secundárias. Quer dizer, primárias são aquelas que podem ser medidas objetivamente — como, por exemplo, a extensão, o peso etc. —, e qualidades secundárias são aquelas que dependem do observador humano para apreendê-la — como, por exemplo, a cor, o sabor, o cheiro etc. Então ele excluiu estas últimas do campo da ciência física e deixou-as para uma outra ciência qualquer que viesse no futuro — que acabou de fato aparecendo.

Mas há até hoje esta teoria relacionista das cores. Porém, notem bem que ele não estava discutindo o conceito de cor: ele estava discutindo não o que é a cor, mas onde ela está! Ela está em nossa mente, nos objetos ou em algum tipo de relação que se estabelece? Então, nem isso se sabe! Isso está em discussão há tempos! Ainda, existe muita gente que prefere seguir a teoria das cores de Goethe, segundo a qual essas qualidades subjetivas aparecem como se fossem objetivas. Em suma, nem este ponto, que é sabermos de onde obtemos as experiências das cores, está esclarecido! Quanto mais saber o que é cor!

Isso significa que podemos ir muito além daquilo que Kant postulou, que é a existência de juízos sintéticos *a priori*, e esta proposição de que só existe cor nos objetos extensos tira uma conclusão apriorística, universalmente válida, de um conceito que nós não temos! O que se tem quando falamos “cor” é o que Aristóteles chamaria de fantasma — quer dizer, uma vaga representação daquilo —; e desse fantasma já se pode concluir com absoluta certeza que essa coisa que chamamos cor só existirá em objetos extensos, ou seja, não é que se tiram conclusões que não estão na definição, mas que se tiram, sim, aprioristicamente — conclusões universalmente válidas —, sem ter a definição; tiram-se, diretamente, da imagem do objeto ou de seu fantasma guardado na memória, o que demonstra não somente que existem

juízos sintéticos *a priori*, mas que o conhecimento racional universalmente válido já está imbricado na própria percepção direta das coisas.

Tudo o que se estudou depois do tempo de Russell a respeito da comunicação não-verbal mostra que todo o tecido da linguagem humana está apoiado 24 horas por dia no mundo da percepção! Se se suprime a comunicação não-verbal, a comunicação verbal torna-se incompreensível, inatingível. Essa base física, corporal, da comunicação está sempre presente. Ou seja, mesmo que os objetos da comunicação não estejam presentes para dar um testemunho físico daquilo que você está falando, existe o testemunho dos próprios interlocutores que estão se comunicando em vários graus que não são acessíveis à comunicação verbal, e sem cujo suporte a comunicação verbal se tornaria absolutamente impossível. Portanto, de toda a análise da linguagem que essa gente vem fazendo há muito tempo, 90 por cento perdem-se pelo simples fato da existência da comunicação não-verbal e pela existência de juízos como, por exemplo, esse que acabei de enunciar aqui para vocês e que qualquer um pode conferir: eu não sei o que é cor, e no entanto sei que ela só existe em objetos extensos.

Se uma conclusão universalmente válida pode ser tirada diretamente de uma impressão sensível, sem precisar passar pela definição, isso significa que o conhecimento racional da estrutura do mundo está dado, de algum modo, já no próprio nível da percepção sensível, o que significa que a separação estrita entre o racional e o experimental não vale, ela é apenas uma convenção. Em segundo lugar, significa que a distinção entre as qualidades primárias e as qualidades secundárias não é uma distinção objetiva. Ela é também somente convencional: nós não sabemos onde termina uma coisa e onde começa a outra. E significa, em terceiro lugar, que além de existirem juízos sintéticos *a priori*, mostrando o poder cognitivo efetivo da razão humana, existe a possibilidade de se extrair esse conhecimento já, diretamente da presença física dos objetos.

Vocês lembram-se da experiência do baralho, que foi mencionada nas primeiras aulas? O sujeito tinha de ir virando cartas no baralho até chegar a uma certa conclusão (captar uma constante nas figuras que apareciam). E quando chegava a essa conclusão, quando percebia que havia uma constante nas cartas do baralho, registrava-se o tempo que tinha levado para atingi-la. Contudo, por meio de eletrodos colocados em sua mão, medindo diferença de temperatura e a quantidade de suor que aparecia, percebia-se que, de certo modo, a mão já tinha chegado à conclusão antes do seu portador chegar. Quer dizer, estava havendo ali duas formas de raciocínio: uma que era feita através da representação, guardada na memória; outra que era feita diretamente com os objetos. Ou seja, o pensamento que recorria à representação era mais lento que aquele que

estava lidando apenas [0:30] com o nível da apresentação, ou seja, usando os próprios objetos como signos.

Essa possibilidade tem algo a ver com aquilo que nós percebemos quando dizemos que só existe cor nos objetos extensos. Isso é para que vocês tenham uma idéia do poder imenso do conhecimento humano, do conhecimento chamado banal ou pré-filosófico, e nos ensina uma vez mais que, como dizia Aristóteles, um conhecimento sempre nasce de outro conhecimento. Portanto, para obtermos um conhecimento refletido — científico ou filosófico — é necessário que tenhamos um conhecimento prévio, natural e não elaborado, em cima do qual possamos fazer nossas análises e organizar o conhecimento. Porém, é básico, para nós, entender o seguinte: que o conhecimento científico ou filosófico pode tornar mais diferenciado ou mais claro esse conhecimento pré-filosófico — o conhecimento espontâneo, vulgar — mas não pode superá-lo jamais. Aquele é um conhecimento de outro tipo, mais facilmente controlável e mais facilmente comunicável, porém ele não pode jamais ter a precisão e a finura do conhecimento pré-filosófico. Na verdade, o único conhecimento que existe é este último. O conhecimento científico e o conhecimento filosófico são elaborações em cima dele.

Isso quer dizer que aquilo que é percebido pelo comum da humanidade em sua vida diária — e a que os cientistas e filósofos referem-se pejorativamente como conhecimento vulgar, conhecimento pré-filosófico, conhecimento não-refletido etc. — é o verdadeiro conhecimento, e que o máximo que podemos fazer é tentar esclarecê-lo; mas esclarecer um conhecimento pressupõe que você o tenha.

A própria idéia de senso comum é usada sempre no sentido pejorativo, sobretudo por esses filósofos da linha positivista. Eles entendem as crenças do senso comum como sendo simplesmente aquelas compartilhadas por um grande número de pessoas, que são vigentes na sociedade etc. Mas a expressão “senso comum” tem uma ambigüidade que expressa uma finura do conceito, porque a expressão *sensus communis* era usada na Idade Média para designar não a opinião pública, não a opinião de todos, mas a capacidade que nós temos de unificar as informações recebidas dos vários sentidos. Por exemplo, se vocês vêem uma pessoa e ouvem-na falando, como sabem que a voz sai exatamente daquele corpo que estão vendo? Vocês têm uma faculdade que percebe visivelmente a presença da pessoa e outra que capta auditivamente a sua voz, mas a audição não vê e a visão não ouve, portanto como é que vocês juntam essas duas informações? Onde juntam? Não é nem a visão, nem a audição que fazem isso, é uma terceira faculdade, e não se pode dizer que essa seja a inteligência ou o raciocínio, porque tal junção é imediata, não exige que se pare para pensar. Agora

vocês estão me vendo, eu abro a boca, vocês vão dizendo: “Ah, é o Olavo que está falando”. Como é que sabem? A sua visão não pode dizer isso e a sua audição também não. Era isso que os escolásticos chamavam de *sensus communis*.

O senso comum no sentido meramente sociológico tem um caráter pejorativo, mas o senso comum no sentido antigo e escolástico é a condição prévia sem a qual não pode haver conhecimento algum; e mais ainda: ele é um conhecimento de tipo imediato, e, de certo modo, misterioso, que é de uma precisão monstruosa, precisão que, por exemplo, os estudos de Milton Erickson e de todo esse pessoal da programação neurolinguística, e todos os estudos sobre comunicação não-verbal, têm demonstrado de novo e de novo.

Desse tipo de conhecimento nós jamais nos livraremos e jamais o superaremos, porque toda superação vai se dar na esfera do puro raciocínio, mas embaixo desse raciocínio continua existindo um ser humano vivo que opera na base dos sentidos e do *sensus communis*; e se você retirar essa base, terá apenas proposições soltas, que são proposições possíveis sem ninguém que as emita e sem ninguém que as ouça, ou seja, que são proposições inexistentes. Essas proposições inexistentes podem até ser escritas e podem ser inseridas num computador, mas elas não contêm nenhum conhecimento em si mesmas. Afinal de contas, o que é uma proposição senão uma série de signos dentro de um código que é conhecido e que pode ser interpretado por um leitor ou ouvinte e transformado de algum modo em imagens e impressões sensíveis correspondentes, ou pelo menos em conceitos correspondentes?

Quanto ao tremendo progresso da lógica que houve no fim do século XIX e começo do século XX (e que continua se desenvolvendo até hoje), acho que ele criou mais confusão que esclarecimento, porque deu a duas ou três gerações de filósofos essa ilusão de poder chegar a uma unificação das ciências e de chegar numa espécie de metalinguagem de todas as elas, de poder criar, portanto, um outro plano de conhecimento, que desse a essa comunidade científica o acesso à verdadeira realidade enquanto todo o restante da espécie humana estaria vivendo na base da ilusão coletiva e do senso comum (no sentido sociológico). Embora exista o senso comum no sentido sociológico, existe também o outro sentido de senso comum, do qual todos dependemos, e certamente o senso comum no sentido antigo² expressa melhor o *sensus communis* escolástico do que qualquer filosofia pode jamais fazê-lo.

2 O professor diz aqui, no original, “sociológico”, o que seria uma contradição do que foi dito até agora. Imagino que ele tenha se enganado, de modo que fiz a alteração. (N. do revisor).

Aristóteles sempre recomendava o maior respeito pelo senso comum ou pelas opiniões recebidas, porque elas são o material em cima do qual nós podemos elaborar alguma coisa e obter clareza sobre um ou outro ponto separado, jamais uma concepção integral que se sobreponha inteiramente ao senso comum e desde o qual possa-se julgá-lo como um todo. Essa foi uma pretensão demencial dos filósofos e cientistas positivistas, que tentavam com isso realizar a idéia utópica do governo tecnocrático, conforme havia pensado Augusto Comte, e, pior ainda, não só realizar a ditadura tecnocrática (ou científica), mas, fundindo-a com o projeto marxista, criar algo que correspondesse idealmente — no entender deles — à realização efetiva do conceito de socialismo científico. Esta expressão é de Marx, cujo socialismo não viam como tão científico, mas criam ter eles concebido o socialismo de fato científico, porque seria realizado não por um bando de proletários enraivecidos, sim por uma comunidade científica.

Vamos fazer uma pausa. Daqui a pouco a gente volta.

[Intervalo]

Aluno: O medo de você ser marginalizado, ser destruído socialmente por causa da mais mínima infração é hoje infinitamente mais presente do que o desejo de cometer certos pecados da carne. Não é mais só a cobiça ou a luxúria que vai afastar você de si mesmo, mas também o medo que você tem da cobiça e da luxúria. [Se] você não é sincero o suficiente com você mesmo sequer para ter a cobiça e a luxúria, você está muito alienado. Se, por exemplo, um sacerdote católico temesse ser marginalizado e destruído socialmente por causa da luxúria, mas (...) [0:40]

Olavo: Essa frase está meio truncada, mas entendi a pergunta. Você tem de levar em consideração o seguinte. Vamos partir de um exemplo bíblico. Quando perguntam a Jesus: “É lícito ao homem divorciar-se da mulher e se casar com outra? Moisés autorizou-nos a fazer isso”. Daí Jesus responde: “Ele autorizou isso por causa da dureza dos seus corações, mas no princípio não era assim”³. Ou seja, o casamento indissolúvel era uma coisa que estava dada na origem do ser humano, no paraíso terrestre. O homem foi feito originalmente para se unir a uma mulher e permanecer com ela o resto da vida, porém este é realmente, segundo o que está ali na Bíblia, o protótipo do ser humano antes da Queda. Essa não é mais a natureza humana tal como está hoje, e é evidente que aquilo que estava no princípio deve ser o modelo ao qual todos tendamos, porém é absolutamente ridículo achar que uma perfeição paradisíaca pode ser instaurada mediante decreto. Então o ser humano viverá sempre nessa tensão entre o que ele era no princípio e

3 A passagem encontra-se em Mateus 19:7-8. Notem que o professor a está parafraseando, não citando em termos exatos. (N. do revisor.)

aquilo que ele consegue ser agora. Essa tensão não tem solução, e quando tenta-se resolvê-la à força acontece exatamente o que você está dizendo aqui.

Por exemplo, mencionei, aulas atrás, a diferença que existe entre uma proibição moral e uma inibição psicológica. Se um determinado mandamento moral está incorporado, ele já não é apenas um ensino, alguma coisa que Jesus Cristo ensinou aos doze apóstolos pregando o sermão da montanha; já não é mais isso, já é uma instituição, uma lei: ele foi incorporado por toda a sociedade, as pessoas julgam de acordo com esse critério, e isso está incorporado às leis e consolidado em castigos civis e penais. Existe portanto uma pressão monstruosa, não apenas da Igreja mas do mundo, para que você se comporte dessa ou daquela maneira. Isso tem uma possibilidade muito maior de criar uma inibição emocional que de criar uma obediência moral verdadeira, porque toda essa pressão vai operar em cima do medo. Medo de quê? De ir para o inferno? De não ir para o céu? Você não dirá que esses medos *post mortem* são-lhe mais presentes que a pressão da sociedade e o medo de ir para a cadeia ou de perder o emprego. Não é assim. Quando chega neste ponto, em que tem-se mais medo de ir para o inferno que de ir para o Gulag, você é um santo. Portanto, você está obedecendo não a Deus, mas ao mundo, e no entanto aquilo que o mundo lhe está impondo corresponde, em seu conteúdo, àquilo que o próprio Deus quer de você. Então você tem aí uma contradição entre o conteúdo do mandamento e os meios reais e efetivos de sua execução na sociedade e na vida humanas. Essa contradição não é solúvel, nós vivemos dentro dela.

Acho que — e agora entrei na opinião pessoal — você só consegue realmente obedecer a Deus quando não se obedece mais ao mundo. Enquanto está obedecendo ao Código Penal, ao Código Civil, aos tribunais, ao falatório da vizinhança etc., você não está obedecendo a Deus, ainda que o conteúdo do mandamento imposto seja o mesmo, porque há o problema de perante quem você está cedendo: perante um Deus que você não vê? Perante um Deus que você sabe que é amor infinito e que fará tudo para perdoar-lhe? É d'Esse que você está com medo ou é do juiz, da polícia, do falatório da vizinhança etc.?

Quando a Bíblia diz que a alma tem três inimigos, o mundo, o diabo e a carne, você precisa ver que corre de um desses inimigos e cai na mão do outro, então isso não é fácil. É por isso mesmo que o Cristo disse que você deve perdoar a pessoa não sete vezes, mas sete vezes setenta⁴. Acontece que todo mandamento, tudo aquilo que é imposto como uma ordem, cria para os beneficiários indiretos um direito. Se você é obrigado a ser fiel à sua

4 As duas menções são feitas a Marcos 4:15-19 e a Mateus 18:21-22, respectivamente. Essa informação tinha sido acrescentada pelo segundo transcritor no corpo do texto, mas preferi este formato. (N. do revisor).

esposa, ela tem o direito à sua fidelidade, ou seja, ela é a beneficiária de um mandamento que pesa sobre você. No instante em que esse mandamento é incorporado ao Código Civil, ele não depende mais da sua origem divina, ele funciona mesmo se você não acredita em Deus. Então você acaba acreditando que aquilo é um direito natural, inerente a sua pessoa, quando, na verdade, não é. Por quê? Quando Jesus diz: “Não era assim era no princípio”, será que Ele não havia sido informado da Queda? Será que não havia sido informado de que a natureza humana já não era a mesma e que não bastava que se mandassem para que as coisas acontecessem? Se Ele mandar, sim, porque Ele é o Logos criador: o que Ele diz acontece; mas nós não somos assim. Às vezes, você está tentando dar uma ordem para o seu cachorro e ele não obedece, quanto mais as outras pessoas e quanto mais a natureza das coisas.

Então você precisa ver o seguinte: esta vida é um trajeto no meio da contradição, da tensão e da dificuldade. Essa é a nossa natureza. Quando você reza o rosário, não tem, entre os Mistérios Dolorosos, o quarto Mistério? É Jesus carregando a cruz. Isto aí é para você cultivar a virtude da paciência. Paciência para quê? Paciência com tudo? Não, é claro que não! Mas paciência para consigo e para com os seus irmãos, os seus semelhantes, sabendo que eles não vão se tornar perfeitos do dia para a noite só porque você mandou, e que nem mesmo você tem a capacidade de obedecer a essa ordem. Então, na nossa vida pessoal, nós sabemos que vamos errar muitas vezes e vamos depois confessar nossos pecados e ser absolvidos e tentar de novo e de novo. Todos nós sabemos que é assim. E na Igreja é assim, mas pergunto: pode também ser assim na sociedade civil? A Igreja pode absolver os teus pecados — se o padre diz “está absolvido”, então está absolvido —, mas e quanto às penalidades temporais? E quanto à pressão da sociedade? A sociedade não é a Igreja, a Igreja está aí para perdoar-lhe e para levá-lo para o céu; a sociedade está aí para mandar em você. E quais são as relações entre a Igreja e a sociedade? Elas também são ambíguas. A relação entre a Igreja e o Estado, por exemplo, sempre foi ambígua; nunca foi uma relação pacífica, nunca houve uma perfeita identidade entre as duas coisas e nem uma perfeita separação. Então todos nós temos de parar de tentar viver por modelos estereotipados que estão em nossas cabeças e aceitar a realidade como ela é. Você saber que uma coisa é errada em termos da perfeição primordial não quer dizer que ela possa ser suprimida da vida desta terra; mas quando os valores bíblicos são incorporados à legislação, eles se tornam instrumentos temíveis de escravização do indivíduo, não a Deus mas ao mundo.

Portanto essa ambiguidade que você vê está aqui muito bem observada. É esta a pergunta: “Eu estou obedecendo a isso por quê? Estou com medo de quem?” Claro que o ideal é ligar cada vez menos para a autoridade terrena e

seguir mais a Deus. Muitas vezes você vai escandalizar as pessoas por causa disso. Elas não vão compreendê-lo, como não compreendiam o próprio Jesus Cristo [0:50]. Ele fazia tudo direitinho conforme as autoridades civis mandavam? Não! Ele não era contra as autoridades civis, mas às vezes simplesmente não dá para contentar todo mundo. Não dá para contentar a sociedade humana. A sociedade humana é composta do entrelaço de opiniões, desejos contraditórios. A simples idéia de contentar a todo mundo já é auto-contraditória.

Se o que o inspira a estudar filosofia é o desejo de encontrar fórmulas definitivas que apaziguem todas as perguntas, então você é o Bertrand Russell. Nós aqui vivemos na contradição, não somos tão coerentes assim. Somos coerentes com a estrutura da realidade, e a estrutura da realidade tem lá o seu elemento de incoerência, por onde, por assim dizer, o absurdo penetra no mundo. Não podemos suprimir o absurdo, isso seria mais absurdo ainda.

Aluno: Não seria a tentativa de unificação das ciências da linguagem a uma redução matemática um remonte em seus princípios a Descartes e seu método?

Olavo: Perfeitamente! Esse é o sonho da ciência universal. É um sonho que Platão e Aristóteles nunca tiveram. Os dois foram sempre muito sensíveis à realidade da imperfeição humana. Vê-se que nos diálogos de Platão, quando o assunto vai subindo, vai alcançar as dimensões metafísicas, Platão — ou Sócrates — pára com a exposição doutrinal, com a dialética, e narra um mito, como que dizendo: “É o máximo que posso fazer! Posso dar uma imagem remota do que estou querendo dizer, porque também não apreendi aquilo com toda a clareza. Não tenho o pleno domínio intelectual da coisa.”

O pleno domínio intelectual da realidade coincide com o próprio Logos divino, que é a própria estrutura da realidade. Isso quer dizer que o pleno domínio da realidade, só a realidade tem, e a nossa pobre subjetividade não pode, não precisa e não deve alcançar essa perfeição. Afinal, para que serviria um conhecimento universal e eterno para uma criatura que vai morrer amanhã? Seria absurdo que uma criatura temporária tivesse uma ciência eterna em sua mente. Ademais, isso suprimiria a possibilidade do aprendizado *post mortem*, porque São Paulo apóstolo diz: “Agora nós vemos como num espelho obscuro, mas, depois, veremos face a face”⁵. Ele está dizendo que o aprendizado continua depois da morte, e se continua depois da morte, para que você está com pressa? O que nós temos de obter é o conhecimento que nos permita continuar na via da sabedoria e da perfeição. É só isto: é o que eu preciso saber hoje para fazer o que eu tenho de fazer

5 I Coríntios 13:12. Novamente, o professor parafraseia. (N. do editor.)

hoje da melhor maneira possível. Isso é o máximo que nós podemos alcançar.

A idéia da ciência universal é em si mesma uma tentação demoníaca. E na hora que o sujeito aceitou, que quis isso, ele já saiu da estrutura da realidade. Começa-se a errar no mesmo momento. Você quer ter a certeza, a verdade absoluta sobre todas as coisas? Pronto, já começou a falar besteira imediatamente. Isso não é uma limitação da espécie humana, é a natureza da espécie humana, é a realidade da nossa situação. Então é esta a pergunta: queremos a ciência completa, absoluta, ou queremos a realidade? A ciência completa, absoluta, existe no reino da Carochinha; se é isso que você quer, você também pode: você vai para onde foi Descartes, para onde foi Bertrand Russell etc.

Porém, ao mesmo tempo nós temos de reconhecer o seguinte: que, na medida em que cada um de nós é uma individualidade completa, nada nos falta para ser humano. O conhecimento universal está registrado em nós sob a forma da nossa individualidade, que é a famosa mônada de Leibniz, ou seja, cada uma contém em si o universo inteiro numa forma diferenciada, que é marcada pela sua individualidade. Então, para você ser um indivíduo, você tem também tem de ser todos os outros; você é todos sob o aspecto da sua individualidade. É isso que é a mônada de Leibniz.

Não somos privados do conhecimento supremo, só não o possuímos de maneira plena, porque seria contraditório com a nossa existência de indivíduos temporal e espacialmente limitados. Então por que reclamar de não termos o conhecimento integral? Não temos de ter o conhecimento integral, temos de ter o máximo de conhecimento que possamos e que seja necessário para o desempenho do nosso dever.

Ontem mesmo, fiz uma gravação para esse congresso de educação que está ocorrendo em Sumaré e disse o seguinte: “Vocês todos querem ser educadores, porém para ser educadores, vocês precisam educar-se a vocês mesmos. Mas *o quanto* querem educar-se a si próprios?” Se o sujeito diz: “Ah, eu quero só um pouquinho etc.”, já começou errado, porque “um pouquinho” é aquilo de que você precisa para desempenhar qualquer função, mas para ser educador é preciso muito mais. Para ensinar qualquer coisa a qualquer pessoa, precisa-se saber muito mais do que ela; não é saber “um pouquinho” mais do que ela, porque você está conduzindo uma alma, desde a sua interioridade fechada para a realidade do grande mundo; está guiando a pessoa, então tem de conhecer não apenas aquilo que está ensinando: tem de conhecer o trajeto, as transformações pelas quais a pessoa vai passar e saber de todas as dificuldades, problemas e perigos que haverá no trajeto. Entre outros perigos, o seguinte: eu estava vendo, aí no

fórum, o pessoal lembrando que eu disse que gostaria que este seminário, este curso, fosse a ocasião da formação de novas amizades — sempre foi. Nos meus cursos nasceram muitas amizades, nasceram até um monte de casamentos. Isso é muito bom, porém nós somos alguns milhares espalhados por um país de dimensões continentais. O que eu disse significa uma convivência direta e pessoal? Não será possível. Será possível a convivência de alguns grupos com outros mais ou menos à distância — e isso é muito bom! Porque se você cria aquela convivência cotidiana, certamente ela não será regrada por valores que estão sendo assimilados neste seminário, mas por valores que são correntes na sociedade brasileira, que já estão impregnados na sua formação, na sua personalidade; muitos dos quais valores são viciosos e destrutivos. Então, se você forma aquele grupo, que se encontra todo dia, vai acabar dando problema. Ou seja, a transição desde essa convivência bárbara, promíscua, que é a convivência brasileira, até um outro tipo de convivência mais elevado, compatível com o exercício de atividades intelectuais de alto nível e com um nível de moralidade também mais elevado, é difícil e eu não posso impô-la a ninguém.

Você sabe que se você juntar três brasileiros, no dia seguinte já começa a fofoca. Brasileiro é hiper-sensível a essas primeiras impressões. Todo brasileiro, quando conhece uma pessoa, tem de dizer: “Gostei ou não gostei”, como se as pessoas fossem artigos de supermercado que estão lá para que escolha, quando o simples fato de você dizer “gostei ou não gostei” já é inteiramente absurdo: a pessoa não é sua, não vai ser da sua propriedade, você não a está comprando. Essa coisa de sempre ter de gostar ou não gostar das pessoas e já criar um julgamento sobre elas é um dos elementos mais destrutivos que existem na sociedade brasileira e só para livrar-se disso são vinte anos. Por exemplo, para aprender a não julgar as pessoas. Você sabe que isso é uma coisa básica, está na Bíblia, é universal, aliás. [1:00] Mas, e se toda a sociedade o está forçando a julgar as pessoas pelo fato de ser também julgado? Precisar de alguma coragem, de alguma paciência, de algum treinamento para, quando lhe perguntarem: “O que você acha de fulano?”, responder: “Não acho nada, não cabe a mim achar nada. Ele não é meu, ele é de Deus. Deus é que vai achar alguma coisa. Ele não é da minha propriedade. Ele existe por si mesmo, independentemente de mim. Eu não fiz nada para que ele entrasse na existência, nem farei para que ele saia dela, portanto ele não está aí para eu gostar ou não gostar”.

O simples fato de reconhecer que o outro é uma pessoa independente de você já é um primeiro sinal de amor por ela; ou seja, desistir de ser o dono dela. Nosso dono é Deus, e Ele vai ter de nos julgar porque fez-nos para uma certa finalidade que eu não sei direito qual é, mas Ele sabe, e, à luz dessa finalidade, julgará quem serve e quem não serve. Agora, para que serve

you julgar a pessoa? Só isso já é uma disciplina que tem de ser aprendida lentamente. Estou acabando de dizer que você adquirir valores e critérios morais por pressão da sociedade pode resultar no contrário. Por exemplo: Você dominar a carne porque cedeu tudo para o mundo. Também tem o contrário: “Eu me libertarei do mundo, então para fazer isso me entregarei deliciosamente a todos os pecados da carne e ninguém vai me julgar”. Sim, você se livra do mundo nessa base, só que torna-se escravo da carne e talvez do diabo também, ou seja, entre o mundo, o diabo e a carne, meu filho, você vai ter de jogar, e isso leva tempo para aprender.

Por isso mesmo é que deve haver alguma convivência, algum encontro entre os alunos daqui, mas moderadamente e por partes. Se fizéssemos aqui um colégio interno com três mil alunos, este seria um ambiente absolutamente infernal, e, naturalmente, eu seria responsabilizado por todos os pecados de todos os alunos. Graças a Deus isso não vai acontecer!

Espere aí, tem uma pergunta aqui:

Aluno: Os próprios colégios têm uma concepção que é, de certo modo, contrária ao espírito de um aprendizado no sentido que você está desenvolvendo, porque no colégio você encontra todos os dias as mesmas pessoas, todos os dias os mesmos professores, todos os dias o mesmo (...)

Olavo: Aqui está vindo uma pergunta, a Roxane está perguntando: “Mas a própria concepção de escola não o força a essa convivência diária, e não existe toda esta imposição de modelos?” Sim, existe.

Mas, veja, a tendência mais recente na história da filosofia é a de lembrar que as escolas de filosofia não eram universidades no sentido atual e nem institutos de pesquisa. Elas eram escolas de sabedoria, ou seja, procuravam criar um certo tipo de indivíduos investidos de determinadas qualidades humanas, e todo o aprendizado teórico se fazia em vista disto. Isso era universal. Todas as escolas foram assim e continuaram sendo durante algum tempo, o que só parou na Idade Média, quando constituíram-se as universidades. Daí criou-se uma entidade, a escola de filosofia, cuja atividade é eminentemente teórica — produzir teorias — ,e a filosofia universitária continua sendo isso até hoje. A universidade não lhe ensinará como deve viver nem quem deve ser, e se você começar a falar muito disso, eles vão mandá-lo para um psicoterapeuta e falar: “Não, isso aí é na psicoterapia, não é aqui na escola de filosofia”.

Por que isso aconteceu? Porque as universidades medievais eram instituições que nasciam dentro da atmosfera criada pela igreja, que tinha o seu próprio ensinamento sapiencial. Ela estava ali para ensinar às pessoas

como se deve viver etc. Então não fazia sentido repetir isso dentro da universidade. Então, a universidade medieval podia ser especializada na parte das idéias, das teorias porque já havia em volta um ambiente pedagógico que cuidava da outra parte. Acontece que as universidades continuaram existindo e essa base moral da sociedade desapareceu. Isso significa que a convivência das pessoas dentro da universidade — não só a universidade mas também no colégio — é uma coisa terrivelmente artificial que só pode produzir maus resultados. Aquilo é um cadinho onde se acumulam todos os vícios, todos os pecados, todas as maldades. E isso eu não estou falando das más escolas, as melhores são assim. Vejam vocês esses famosos colégios internos onde se formou a aristocracia britânica. Leiam a história do grupo dos apóstolos de Cambridge: é a escola da aristocracia e dali saiu tudo quanto era espião, sujeito vendido para o inimigo, tudo que tem de pior. Além de se criar aquela panela de pressão sexual que praticamente induz as pessoas ao homossexualismo; se você junta meninos e meninas, então vira uma putaria; se separa, também vira. Então, tudo isso é muito difícil.

Todo o conceito de educação que começou a ser implantado no mundo desde o século XVIII é realmente o de moldar as pessoas; e notem bem: não se trata de moldar aquele reduzido número de estudantes que quiseram isso desesperadamente — porque o sujeito que ia para uma universidade medieval tinha de atravessar um continente, porque ele ouvia falar que nela havia um professor assim e assim; o sujeito comia o pão que o diabo amassou porque chegar ali era seu ideal —, isso é uma coisa; outra coisa é inventar um modelo de educação que é imposto a todo mundo, e desde pequenininho. Isso é uma monstruosidade. A universidade medieval já era um poço de intrigas, de sacanagem; já era assim mesmo entre pessoas que foram lá porque quiseram e tinham aquilo como seu ideal. Agora imaginem um lugar onde todo mundo entrou só porque o governo mandou, e que o sujeito nem sabe o que está fazendo ali (e às vezes não saberá jamais). Até hoje eu não sei o que era para fazer na escola.

Vamos parar por hoje. A aula foi mais curta mas o período de respostas foi maior; não amos sobrecarregar. Mas aqueles que começaram o curso entre março, agosto, setembro de 2009 e que estão com a idéia de algum trabalho — alguém inclusive me pergunta se o trabalho pode tomar a idéia de uma obra de ficção. É claro que pode, mas nós vamos ver qual é a idéia, discuti-la e ver onde posso ajudar em alguma coisa. Então, por favor, comecem a me enviar esta semana o seu projeto, mas só aqueles que entraram nesse período e fizeram o curso inteiro; os outros não, os outros vão esperar mais um pouco. Até, obrigado!

Transcrição: Kênio Barros de Ávila Nascimento e Igor Lins Vieira.

Revisão: Lucas Félix de O. Santana.